



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1094

## **A LUTA POR UM PARTIDO DE MASSAS: O PCB E OS COMITÊS DEMOCRÁTICOS POPULARES NO PARANÁ (1945-1947)**

Claudia Monteiro  
(UNIOESTE)

Este texto foi escrito com base em um capítulo de minha tese de doutorado (defendido em 2013 na Universidade Federal do Paraná), e tem como fontes principalmente o acervo da antiga Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP).

Com a abertura política e legalização da legenda do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1945, na conjuntura após o fim do Estado Novo, foram criados pelos comunistas os Comitês Democráticos Populares em diversas cidades do país e do Paraná. Estes comitês faziam parte de uma estratégia nacional do partido no intuito de ampliar e dinamizar suas bases e conquistar adeptos e eleitores entre moradores dos bairros, donas-de-casa, estudantes, profissionais liberais, trabalhadores rurais e urbanos. No Paraná, os Comitês permitiram o surgimento de um ambiente de debate em que seriam discutidos os anseios e as esperanças de indivíduos que ainda não conheciam na prática o que era a luta por direitos.

Nesse espaço, além de serem levantadas as diversas reivindicações locais, relacionadas especificamente à “carestia de vida”, às condições do trabalho e à infraestrutura dos bairros, também eram discutidas questões mais vastas acerca da importância de se colocar publicamente, reivindicar direitos e escolher candidatos em eleições justas e honestas, tal como se esperava ser em uma democracia. Na história republicana brasileira, esse é um momento raro e excepcional de expectativa em relação à política, gestada por um longo período de opressão nos anos de Estado Novo, que fazia parte das experiências de muitos militantes. A ação cotidiana dos militantes comunistas manifestou-se nos bairros, nas empresas, nas instituições de ensino, nas campanhas eleitorais, nas mobilizações populares em

defesa de diversas causas, nos comícios em praça pública ou comícios relâmpago realizados na porta das fábricas e oficinas, na produção e divulgação de material de propaganda e de seu jornal (Jornal do Povo), na realização de abaixo-assinados, na ativação de greves, na organização de Sindicatos, Associações, Comissões Sindicais, Sindicatos Rurais, etc.

Alguns destes Comitês Democráticos Populares tiveram uma atuação breve, outros se tornaram um importante meio de articulação política do PCB. O comitê proporcionava um lugar de diálogo entre os comunistas e as pessoas dos bairros e dos locais de trabalho que não eram comunistas. Ali os militantes ouviam as reivindicações mais imediatas e propunham soluções, abaixo-assinados, manifestavam-se junto aos vereadores, realizavam campanhas com a divulgação de panfletos e opúsculos para atender as demandas da população e criavam uma ponte entre os militantes e simpatizantes do PCB com os moradores, donas de casa e trabalhadores em geral, e destes últimos com o poder público.

Os periódicos da imprensa foram privilegiados veículos para a divulgação dos comitês e de suas reivindicações. Os jornais “Diário da Tarde” e a “Gazeta do Povo” tiveram uma importância proeminente para a ação política comunista nos anos da legalidade do PCB. Estes jornais eram utilizados para convocar e anunciar à população em geral as ações do partido, e ali também eram relatados os resultados das reuniões e dos comícios; além disso, os grandes eventos partidários tinham uma cobertura detalhada da imprensa, assim como greves e manifestações populares em geral. Em uma reunião realizada em agosto de 1946, da célula Olga Benário Prestes, de Curitiba, dizia-se com orgulho, “[...] que nestes últimos anos, nos jornais, foi escrito mais sobre o PCB do que sobre qualquer outra causa”.<sup>1</sup>

O esforço para criar Comitês foi destacado em vários jornais paranaenses da época, como por exemplo, o “Diário da Tarde” de 16 de agosto de 1945. Segundo este jornal, o Partido Comunista do Brasil em Curitiba “[...] multiplicava, dia a dia, o número de suas células de empresa e de bairro, consolidando suas bases junto às massas do proletariado e do povo”.<sup>2</sup> A mobilização dos comunistas em comitês de

---

<sup>1</sup> “Informação do X da célula Olga Benário Prestes”, 30/08/1946. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista Central da Capital”, n. 0264, top. 29, p. 190.

<sup>2</sup> Recorte do jornal “Diário da Tarde”, 15/08/1945. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista Central da Capital”, n. 0264, cx. 29, p. 241.

fábricas, na organização de células do partido nas cidades do interior e nos bairros da capital foi também noticiada pelo jornal “Gazeta do Povo” de 15 de junho de 1945 como “[...] um amplo trabalho de unificação e mobilização, [...] de organismos destinados a encaminhar dentro de um espírito de ordem e tranquilidade, as reivindicações específicas dos locais de trabalho, ruas, bairros, etc., e fortalecer a união do povo brasileiro”.<sup>3</sup>

Segundo Ronald Chilcote, organizar sindicatos, entidades estudantis e uma grande variedade de grupos de frentes populares, fazia parte de uma estratégia do PCB em se ligar pacificamente às massas fora do partido, com o intuito de promover o surgimento de atividades favoráveis ou tolerantes para com o comunismo e influenciar segmentos formadores de opinião pública.<sup>4</sup> Este é o caso da formação dos Comitês, que visavam reunir pessoas das mais variadas correntes religiosas e ideológicas. Para Berenice Cavalcanti, as centenas de comitês populares reuniam pessoas de origens sociais diversas que seriam dirigidas por comunistas ou simpatizantes com o propósito de lutar pelas reivindicações mais imediatas de uma rua, de um bairro, ou de um edifício.<sup>5</sup> Estas atividades tinham em vista arregimentar adeptos ao comunismo entre os moradores dos bairros, donas de casa, trabalhadores autônomos, pessoas que não estavam ligadas a um sindicato de empresa, mas que podiam ser ouvidos em seu próprio bairro por meio das reuniões, das festas e dos eventos promovidos pelo PCB.

Berenice Cavalcanti observa que as mulheres tiveram um papel de destaque no surgimento dos núcleos de bairros. Posteriormente ao estabelecimento dos comitês, sob a liderança de mulheres comunistas, foram fundados também vários organismos tendo por base os locais de moradia, que reuniam principalmente donas-de-casa, como o Comitê das Mulheres Pró-Democracia, criado em 1945, e a União Feminina criada em 1946.<sup>6</sup>

O processo de organização dos Comitês Populares teve o seu ponto culminante com a fundação do Comitê Estadual do Partido Comunista em Curitiba

---

<sup>3</sup> Recorte do jornal Gazeta do Povo, 15/06/1945. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista Central da Capital”, n. 0264, cx. 29, p. 177.

<sup>4</sup> CHILCOTE, Ronald. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)**. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 218.

<sup>5</sup> CAVALCANTE, Berenice. **Certezas e Ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: EdUFF, 1986, p. 146.

<sup>6</sup> CAVALCANTE, 1986, p. 146.

no dia 19 de setembro de 1945, em uma grande reunião no antigo Cine Vitória, onde estavam presentes delegações dos comitês municipais do litoral e do interior do Estado, além de um representante do Comitê Nacional, vindo do Rio de Janeiro especialmente para o evento. Tal encontro recebeu relevo nos jornais da época e foi anunciado em reportagem de capa do “Diário da Tarde” como uma “[...] viva demonstração da confiança que as massas operárias depositaram no Partido Comunista do Brasil e em seu grande líder Luiz Carlos Prestes”, a festa de instalação do Comitê Estadual iria “[...] marcar um passo decisivo na marcha pacífica do povo paranaense para a Democracia e o Progresso”.<sup>7</sup> O evento havia sido amplamente preparado e divulgado por meio de faixas colocadas em vários pontos da cidade, distribuição de milhares de volantes convidando o povo, além da propaganda na imprensa, no rádio e em comícios relâmpago preparatórios realizados nas portas de fábricas, oficinas e nos bairros. O “Diário da Tarde” detalhava inclusive o empenho de pintores, artistas, letristas, carpinteiros, bordadeiras e floristas que haviam trabalhado exaustivamente durante mais de um mês na confecção de flores e bandeiras com emblemas do PCB e das Nações Unidas, e em gigantescos painéis alegóricos colocados no fundo do palco ao lado de uma grande bandeira nacional, tudo isso porque a decoração do Cine Vitória deveria ficar “[...] à altura de uma verdadeira festa do proletariado e do povo”.<sup>8</sup>

Poucos meses antes deste acontecimento, já haviam sido fundados diversos comitês nos bairros em Curitiba e Comitês Municipais do PCB em cidades como Paranaguá, Antonina, União da Vitória, Londrina, Ponta Grossa, Rio Negro, etc. Um dos primeiros Comitês Municipais a se instalarem no Paraná foi o de Londrina no dia 27 de junho de 1945, e transformou-se, logo depois, em organismo zonal, sede do Comitê de Zona do Norte do Paraná.<sup>9</sup> No mês de julho foram instalados os comitês municipais de Antonina e de Paranaguá, nesta última cidade houve uma grande solenidade em que estavam presentes autoridades locais e, para participar do evento, foi organizada uma excursão vinda da Capital com os líderes do Comitê

---

<sup>7</sup> Jornal Diário da Tarde, capa, “Instalação oficial do Comitê Estadual do PCB”, 14/09/1945, Biblioteca Pública do Paraná.

<sup>8</sup> Recorte do jornal Diário da Tarde, 19/09/1945. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Partido Comunista Brasileiro”, n. 1468 d, cx. 174, p. 217.

<sup>9</sup> ADUM, Sonia. **A subversão no paraíso**: O comunismo em Londrina 1945-1951. Tese (Doutorado em História) USP. São Paulo: 2003, p. 101.

Estadual. Em agosto do mesmo ano, o jornal “Gazeta do Povo” anunciava a fundação da célula do centro da cidade de Curitiba, que recebeu, sob a aprovação unânime dos presentes, o nome de “Leocádia Prestes”, “[...] como justa homenagem à progenitora de Luiz Carlos Prestes”, citada pelo jornal como “La Madre Heróica”.<sup>10</sup> Pode-se perceber que a preocupação com os nomes e a busca de nomes com grande significado emocional sempre foi constante na história do PCB. As datas também eram importantes: o dia 10 de agosto, data da fundação da célula Leocádia Prestes em Curitiba, era especial porque coincidia com a instalação, “[...] em cerimônia solene, no Rio de Janeiro, do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil”.<sup>11</sup>

O processo de organização popular se expandia também nos bairros da Capital. No bairro de Campina do Siqueira, em julho de 1945, mais de 150 pessoas se reuniram na sede do clube de futebol para a organização de um comitê no bairro. Entre os moradores, participaram dezenas de donas de casa que, conforme relatava o jornal “Gazeta do Povo”, “[...] realizaram ampla e proveitosa reunião onde os mais urgentes problemas do bairro foram discutidos de maneira ponderada e inteligente”.<sup>12</sup> O jornal chamava a atenção para o fato de que as quase duzentas pessoas presentes compareceram de velas nas mãos, pela inexistência de luz elétrica naquele bairro, o “[...] que demonstrava o espírito de unidade e de perfeita compreensão do povo, para com seus problemas mais imediatos”.<sup>13</sup> À luz bruxuleante das velas, o médico e militante do PCB Osvaldo Coronato, explicou detalhadamente as finalidades daquele comitê e a necessidade urgente de se tirar o bairro de Campina do Siqueira da situação de abandono em que vivia, proporcionando luz elétrica, ruas calçadas, transportes, água, escolas, hospitais, etc., aos moradores do bairro.

Neste mesmo mês de julho eram intensificados os trabalhos nos Comitês Democráticos Populares em diversos bairros de Curitiba: Batel, Seminário, Campina do Siqueira, Bigorriho, Juvevê, Água Verde, Bacacheri, Barreirinha, Capanema, São

---

<sup>10</sup> Transcrição do jornal Gazeta do Povo, 10/08/1945. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista Central da Capital”, n. 264, cx. 29, p. 58.

<sup>11</sup> Transcrição do jornal Gazeta do Povo, 17/08/1945. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista Central da Capital”, n. 264, cx. 29, p. 58.

<sup>12</sup> Recorte do jornal Gazeta do Povo, 26/07/1945. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista Central da Capital”, n. 264, cx. 29, p. 172.

<sup>13</sup> *Idem.*

Braz, Vila Pinto, Cajuru, Alto do Cabral, e também entre categorias profissionais de advogados, professores, ferroviários, universitários, etc. As atividades começavam a apresentar resultados; o Comitê do Batel-Seminário inclusive já havia instalado o curso de alfabetização para adultos de ambos os sexos no Liceu Rio Branco, onde ficava também a sede do comitê.<sup>14</sup> Essas aulas eram gratuitas e ministradas diariamente por uma professora normalista e por um professor. A alfabetização sumária e intensiva de adultos era justificada pela necessidade de colocá-los na condição de eleitores no próximo pleito eleitoral, que seria realizado no final daquele ano, no dia 2 de dezembro de 1945, visto que a legislação eleitoral proibia o voto dos analfabetos.<sup>15</sup>

Além das aulas de alfabetização, os comitês contavam também com bibliotecas e, para ampliar os contatos no meio artístico e cultural da Capital, foi organizado um “Comitê Democrático dos Artistas e simpatizantes das Belas Artes” congregando todos os artistas, atores, autores e simpatizantes da arte, “[...] para reivindicações mais sentidas e comuns da numerosa classe dos artistas”.<sup>16</sup> Alguns participaram ativamente das tarefas do partido, como Nilo Previde e Alcy Xavier, dois pintores que posteriormente tiveram reconhecimento no cenário artístico paranaense e nacional.<sup>17</sup>

Sobre o papel da arte como meio de educar o povo, o jornal “Diário da Tarde” relatava que, na célula do bairro Bigorrião denominada “Marcílio Dias”, foi comemorado no dia três de janeiro de 1946 o aniversário de Luiz Carlos Prestes. Tal evento consistiu em um concerto de piano realizado pelo consagrado artista paranaense Alceu Bochino que, mesmo sem fazer parte de partido político algum,

---

<sup>14</sup> Recorte do jornal Gazeta do Povo, 20/07/1945. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista Central da Capital”, n. 264, cx. 29, p. 175.

<sup>15</sup> O governo de José Linhares, que assumiu o posto de presidente interino após a deposição de Getúlio Vargas em novembro de 1945, acabou com o direito de voto dos analfabetos que representavam 23% dos votos em 1945. Com isso, restringia a participação dos trabalhadores no sistema político brasileiro. SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001, p. 46.

<sup>16</sup> Recorte do jornal Diário da Tarde, 26/09/1945. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista Central da Capital”, n. 264, cx. 29, p. 153.

<sup>17</sup> Alcy Xavier era membro da equipe do Jornal do Povo, órgão do Partido Comunista no Paraná e Nilo Previde era membro suplente da direção estadual do PCB nos anos da legalidade, entre 1945 a 1947, seu nome aparece em diversos documentos do Partido como ativo participante das reuniões das células, também foi bastante citado nas entrevistas com velhos militantes do PCB publicadas no livro “Velhos Vermelhos”. CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio (orgs.). **Velhos Vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná**. Curitiba: UFPR, 2008.

era “[...] consciente do papel educativo da arte”. Antes do início da apresentação, a senhorita Rosalia Cisz, Secretária Política da célula, salientava “[...] a atividade dos artistas que colocam sua arte ao lado da massa popular”.<sup>18</sup>

O engajamento político dos intelectuais no pós-guerra está intimamente associado à luta contra o fascismo, característica observada por vários autores. Berenice Cavalcante dedicou um capítulo de seu estudo aos desdobramentos do primeiro Congresso da Associação Brasileira dos Escritores (ABDE) ocorrido em janeiro de 1945, organização que aglutinava escritores e intelectuais de tendências esquerdistas e antifascistas que se colocaram de forma ostensiva contra a censura do Estado Novo.<sup>19</sup> A adesão de intelectuais e artistas ao PCB também é mencionada por Jorge Ferreira. Para ele a escolha pelo comunismo se explicava pelo desprezo que os intelectuais nutriam pelo fascismo, pelo grande prestígio dos comunistas com o término da II Guerra Mundial e pelos ideais de racionalidade, de progresso e da ciência, que surgiam como bandeiras da URSS, atraindo um grande número de artistas e escritores ao marxismo.<sup>20</sup>

Para Leôncio Martins Rodrigues, a fama destes novos filiados foi explorada em propagandas e eventos do partido, entretanto, os militantes famosos permaneceram afastados do centro do aparelho partidário. Os intelectuais e os artistas de prestígio ocuparam-se de tarefas transacionais na fronteira entre o mundo social externo e a máquina partidária: eles colaboravam em publicações, desenvolviam atividades culturais ‘voltadas para fora’, patrocinavam congressos e conferências, assinavam manifestos, organizavam atividades político-culturais, etc.<sup>21</sup> Estes Intelectuais, poetas, *hommes des lettres*, pintores, compositores e artistas exerciam um papel de mediador entre o público em geral e o partido. Contribuíram com sua atividade criativa, por exemplo, o livro “O Cavaleiro da Esperança” de Jorge

---

<sup>18</sup> Recorte do jornal Diário da Tarde, 08/01/1946. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista Central da Capital”, n. 264, cx. 29, p. 227.

<sup>19</sup> CAVALCANTE, 1986.

<sup>20</sup> O historiador cita alguns nomes de artistas que aderiram ao PCB na época: Graciliano Ramos, Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade, Monteiro Lobato, Caio Prado Jr., Moacyr Werneck de Castro, Fernando Pedreira, Oduvaldo Vianna, Dias Gomes, Bráulio Pedroso, Vinicius de Moraes, Cândido Portinari, Di Cavalcanti, José Pancetti, Djanira, Francisco Mognone, Guerra Peixe, Mário Lago, Alberto Passos Guimarães, Ignácio Rangel, Mário Schemberg, Oscar Niemeyer, entre outros. FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)**. Niterói: EdUFF, 2002, p. 178-179.

<sup>21</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: Os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1981, t. 3, v. 3, p. 492.

Amado sobre Luiz Carlos Prestes, cujo título criou a alcunha que serviria para designar o líder comunista a partir daquele momento, forneceu elementos para a sua exaltação e mitificação. Mas, apesar de sua importância, os intelectuais consagrados pela fama não chegaram a exercer cargos de relevo na hierarquia partidária.

A iniciativa dos militantes em promover encontros, concursos, debates e leituras sobre os mais diversos motivos e temas, acabava favorecendo as manifestações artísticas criativas, tanto de profissionais, como o caso do pianista Alceu Bochino citado acima, como de artistas amadores e estudantes. Os “poetas do povo” eram incentivados a produzirem seus poemas através de concursos promovidos pelo partido. Por exemplo, em dezembro de 1945, com a conquista definitiva de seu registro no Tribunal de Justiça Eleitoral, o PCB lançou um concurso nacional para a escolha da letra que seria musicada para a composição do hino do partido, a qual deveria obedecer “[...] o espírito das marchas patrióticas orientando-se de acordo com a declaração dos princípios do Partido Comunista do Brasil”.<sup>22</sup>

De certa forma, as atividades intelectuais e o hábito da leitura eram bastante valorizadas no meio partidário, estimulado com o intuito de conscientizar e politizar o povo e os próprios militantes. Júlio Manfredini, conhecido como vovô Manfredini por ser, naquela época, um dos mais antigos militantes do partido, sempre indicava nas reuniões livros que dissertavam sobre as questões discutidas. Em uma das reuniões da célula do bairro curitibano do Bigorrião denominada “Marcílio Dias”, recomendou a leitura do livro “ABC da Nova Rússia”, em outra reunião indicou o livro “História do Partido Comunista”.<sup>23</sup> Porém, como se vê, não era qualquer leitura que importava para o militante, mas sim aquela que tratava dos assuntos do marxismo-leninismo para o “reforço ideológico e orgânico”<sup>24</sup> dos quadros do partido.

O fluxo de atividades criativas e intelectuais acabava angariando a simpatia de professores, estudantes, universitários, profissionais liberais, artistas e intelectuais em geral. Mas, de acordo com Jorge Ferreira, a afluência de intelectuais foi maior somente na conjuntura imediata do pós-guerra, porque, passando o momento inicial dos anos de 1945 e 1946, muitos intelectuais e artistas deixaram o

---

<sup>22</sup> Fundo DOPS/DEAP, pasta individual “Walfrido Soares de Oliveira”, n. 3678, cx. 427, p. 26-27.

<sup>23</sup> Fundo DOPS/DEAP, ficha nominal “Júlio Manfredini”, n. 23.508.

<sup>24</sup> Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê do PCB em Morretes”, n. 0273, cx. 30, p. 76.



PCB alegando a falta de democracia dentro do partido e também devido à imposição, após 1947, do ideal de arte do “realismo socialista” indicado por Andrei Jdanov em voga na União Soviética e que começava a se tornar dominante no mesmo momento em que se iniciava a Guerra Fria.<sup>25</sup>

A organização dos Comitês Democráticos Populares, espalhados por todo o Brasil, foi a primeira iniciativa de trabalho legal do Partido após o fim do período ditatorial do Estado Novo. De acordo com Edgar Carone, os comitês eram resultados de uma política de atendimento à população, em suas necessidades primárias, como transporte, obras públicas, custo de vida, etc., tendo como finalidade formar, em cada bairro, um núcleo que reivindicasse as necessidades imediatas da população.<sup>26</sup> Além disso, promoviam-se atividades culturais nos bairros, nas universidades e nos centros estudantis.

O funcionamento das células do PCB nos bairros, nos sindicatos e nas empresas já era discutido no III Congresso realizado no ano de 1928, em que se apresentava a necessidade do partido em ampliar suas bases que, além da classe operária, aspirava à simpatia de outros grupos, como a juventude, os imigrantes, os inquilinos, o campesinato, etc.<sup>27</sup> No entanto, o trabalho nos bairros e nas empresas só existiu, de fato, no pós-guerra, e teve um caráter democrático com um significativo crescimento em todo o país, dele participando donas de casa, moradores, jovens estudantes, trabalhadores, profissionais liberais, etc.

A criação dos comitês, nos bairros, distritos, empresas, fazendas, municípios, fábricas, navios, etc., foi destacada pelos comunistas brasileiros como uma das experiências mais positivas do período da legalidade. Um informe publicado no jornal do partido “Tribuna Popular” do Rio de Janeiro (21 de julho de 1945), definia os objetivos e tarefas a serem realizados pelos membros dos comitês:

Organizar um plano de reivindicações locais realizáveis: melhoria de transportes, creches, postos médicos, escolas, mercados, etc.;  
Coletar dinheiro;  
Realizar toda propaganda a seu alcance – pela imprensa, volante, painéis, faixas, inscrições, murais, etc. – para que, logo na sua formação, o comitê vá ganhando a

---

<sup>25</sup> FERREIRA, 2002, p. 179.

<sup>26</sup> CARONE, Edgar. **O PCB. 1943 a 1964**. São Paulo: Difel, 1982, p. 4.

<sup>27</sup> VINHAS, Moisés. **O Partidão**. A luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Editora Hucitec, 1982, p. 15-16.

indispensável amplitude, tornando-se um organismo não só do grupo que o concebeu, mas de âmbito popular, acessível a todos os que lhe queiram pertencer.<sup>28</sup>

Estas seriam as atividades iniciais realizadas sob a coordenação de uma direção provisória eleita por uma Assembleia. Com o crescimento do número de associados seria necessário, então, decidir democraticamente entre os membros uma diretoria definitiva. Além de diretivas para a organização interna, neste informe também eram apresentadas sugestões de atividades. Os comitês deveriam no nível econômico, eleger reivindicações práticas e imediatas, para a melhoria das condições de vida da população local. E no plano cultural, organizar bibliotecas, realizar palestras, “sabatinas” e conferências para esclarecer o povo sobre a legislação eleitoral, a maneira de votar e o caráter secreto do voto, para a realização de eleições livres garantindo a constitucionalização democrática. No informe era destacado o fato de que os membros dos Comitês Democráticos Populares não precisavam ser de nenhum partido político, bastando que fossem democratas sinceros e que o comitê não tinha nenhuma “finalidade partidária”, nem objetivos filosóficos ou religiosos, seu intuito era apenas a luta pelas reivindicações populares. Enfim, deveriam ser convocadas especialmente as mulheres no maior número possível, visando integrá-las na vida política da nação para participarem de todas as atividades do comitê, inclusive nas tarefas relativas à propaganda, alfabetização, coleta de fundos, festividades, levantamento e debate de reivindicações econômicas locais, sobretudo nas que eram relativas ao nível de vida, pois, segundo tal documento, as mulheres, por sua própria condição de donas-de-casa, sentiam e refletiam melhor e mais intensamente as mudanças no custo de vida.<sup>29</sup>

O programa da comissão organizadora do Comitê Popular do Batel apresentava um discurso semelhante ao publicado no jornal carioca citado acima. Dirigido aos moradores dos bairros curitibanos do Batel, Seminário e Campina do Siqueira, o programa definia que o comitê instaurado deveria receber a cooperação sincera de todos os democratas conscientes que desejavam uma solução pacífica e unitária “para a crise que se debatia o povo brasileiro”,<sup>30</sup> ou seja, o problema da

---

<sup>28</sup> Transcrição da “Tribuna Popular de 21/07/1945”. In: CARONE, 1982, p. 57.

<sup>29</sup> *Idem*, p. 58-59.

<sup>30</sup> Recorte do jornal Gazeta do Povo, 07/07/1945. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista Central da Capital”, n. 264, cx. 29, p. 180.

sucessão presidencial por meio do voto universal e secreto, os riscos de um novo golpe e a necessidade de eleger uma Assembleia Constituinte para elaborar uma nova constituição em substituição à carta de 1937 do Estado Novo. Portanto, o Comitê deveria acolher, em seu seio, católicos, protestantes, espíritas, ateus, sem indagar suas convicções religiosas ou ideológico-políticas, pautando-se somente pelo objetivo comum de “união nacional” para consolidar a marcha de democratização que se processava no país e criar um ambiente de ordem e tranquilidade, propício para a realização de eleições livres e honestas. No programa de reivindicações mínimas estavam a melhoria dos serviços de transporte coletivo, calçamento das ruas, água, esgoto e luz elétrica, hospitais, escolas, instituições recreativas, em resumo, todos os elementos ligados à infraestrutura do bairro e ao conforto dos moradores.<sup>31</sup> Tamanha era a intenção em agregar o maior número de membros possíveis que as reuniões do Comitê do Batel, realizadas sempre aos domingos de manhã, foram mudadas para quinta-feira à noite, a fim de permitir o ingresso de católicos praticantes e donas de casas.

Além dos Comitês Populares nos bairros, também eram realizadas reuniões para a Criação de Comitês nas empresas e nos locais de trabalho no intento de, posteriormente, criar sindicatos, angariar novos membros para o partido e organizar os trabalhadores.

O imperativo era dedicar uma atenção especial às bases e principalmente ao movimento operário e sindical. A tarefa de “recrutamento” no chão das fábricas, nos bairros e nos diversos locais de trabalho, talvez tenha sido a mais relevante experiência dos militantes comunistas na conjuntura da legalidade. Aumentar o número de membros foi um tema que sempre esteve bastante presente nas análises do PCB, nos discursos proferidos em palanques, em resoluções políticas, em congressos e em reuniões do partido ao longo de toda a sua história. Mas só com a legalidade, com o incansável trabalho dos militantes e a possibilidade de agir livremente é que o PCB conseguiu aproximar-se de ser um partido de massas, atingindo o número de 200.000 inscritos no Brasil,<sup>32</sup> tornando-se com este número de filiados o maior partido comunista da América Latina.<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup> *Idem.*

<sup>32</sup> VINHAS, 1982, p. 89.

<sup>33</sup> CHILCOTE, 1982, p. 102.

Passado o entusiasmo inicial em torno dos Comitês Democráticos, a retórica da “União Nacional” e da necessidade de agregar pessoas de diversas tendências ideológicas e religiosas será pouco a pouco abandonada. A partir de 1946, praticamente já não se falava mais em “Comitês Democráticos Populares” que passam a ser designados simplesmente como “Células do Partido”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADUM, Sonia. **A subversão no paraíso: O comunismo em Londrina 1945-1951**. Tese (Doutorado em História) USP. São Paulo: 2003.
- CARONE, Edgar. **O PCB. 1943 a 1964**. São Paulo: Difel, 1982.
- CAVALCANTE, Berenice. **Certezas e Ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: EdUFF, 1986.
- CHILCOTE, Ronald. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio (orgs.). **Velhos Vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná**. Curitiba: UFPR, 2008.
- FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)**. Niterói: EdUFF, 2002.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: Os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. t. 3, v. 3. São Paulo: Difel, 1981.
- SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- VINHAS, Moisés. **O Partidão. A luta por um partido de massas (1922-1974)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.